

INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM ÂMBITO ESCOLAR

Milenna Silva Correia(1), Marcella Alves Fernandes(1); Laérgia Mirelly Porpino Lages(2)

Universidade Federal da Paraíba, milennajp@gmail.com

Resumo

A escola tem na atualidade um papel fundamental no que tange à apreensão e disseminação das informações. Destarte é imprescindível que tais informações cheguem com segurança e de forma verídica para não contribuir com a propagação de mitos e inverdades que se tem sobre algum assunto. Em pleno século XXI ainda podemos presenciar em sala de aula atitudes preconceituosas para com alunos afrodescendentes, os quais por muitas vezes se excluem do convívio social por não conhecerem e não valorizarem sua cultura, que é tão rica e bela. Uma grande falha no processo de ensino aprendizagem é não abordar a cultura negra, ou abordá-la de forma inferior e/ou superficial. O presente projeto objetivou trabalhar a negritude desconhecida, ocultada e inferiorizada, trazendo aos discentes, informações que lhes são tiradas durante seu trajeto estudantil, promovendo, portanto, a inclusão étnico-racial. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como público alvo, discentes EEEF Isabel Maria das Neves, pertencentes às turmas do fundamental II, do 6º ao 9º ano, as quais variam de 25 a 30 alunos por sala. As atividades ficaram divididas em: pré-teste, com perguntas objetivas; intervenções expositivas e dialógicas; pós-teste com perguntas objetivas. Na análise dos pré-testes, identificou-se que dos 105 questionários respondidos, apenas 65% por cento dos alunos afirmaram que não tinham conhecimento acerca da cultura africana no Brasil, entretanto, através da observação participante, percebeu-se que esse resultado não condiz com a realidade, visto que, muitos alunos usavam roupas, adereços, e outras características advindas da cultura afrodescendente, mas não se davam conta disso. O relato de um aluno que afirmou que a única temática que trabalhava os negros referia-se a escravatura, sem dúvida é preocupante, pois, faz-se necessário abordar todo o processo da luta dos negros e suas riquezas culturais para que seja possível promover a inclusão étnico-social na comunidade escolar. Conclui-se que é necessário que a escola envolva-se mais na abordagem de temáticas que estimulem discussões sobre inclusão/exclusão racial e social. Através do conhecimento é possível quebrar preconceitos e estabelecer o respeito mútuo entre as diversas etnias, e para isso, o professor assume uma valorosa postura de intermediador do conhecimento e promotor da inclusão social.

Palavras-chave: Cultura Negra, Sensibilização, Estratégias Educativas.



INTRODUÇÃO

A Lei Federal 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei 9.394/96) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a implementação da Lei, são políticas de ações afirmativas, fruto de anos de luta do Movimento Negro para que o estado brasileiro reconhecesse o racismo e traçasse estratégias para combatê-lo. Tal lei entrou em vigor em 2003, porém, as escolas permaneceram com a mesma metodologia acerca da cultura negra, abordando apenas a escravidão, onde tantas outras coisas poderiam ser trabalhadas, como a dança, musicalidade e até mesmo a gastronomia, muitos dos assuntos caberiam em muitas disciplinas, colocando em prática a multidisciplinaridade. Segundo Piaget (1980), a multidisciplinaridade ocorre quando “a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas”.

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa e/ou estereotipada (ORÍÁ, 1996). Desta forma, acredita-se que intervenções de cunho dialógicas e esclarecedoras abrem as portas de um mundo até então desconhecido pelos discentes, e oferece a oportunidade de promover a inclusão étnico-racial na escola.

Desta forma, a importância de se ensinar relações étnico-raciais não apenas visando atender as demandas de um segmento, por sua vez significativo da população, senão com o objetivo de promover, aos poucos, uma alternativa à forma como a própria sociedade se enxerga. Valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional, estudar a história mundial com um olhar menos eurocêntrico, compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, bem como pela superação do racismo, são etapas dessa transformação. Esses são passos que interessam a todos/as e que vão além da escola, sem dúvida. Mas é nela também que concentramos algumas das alternativas nessa frente de tantos caminhos (SANKEVICS, 2014).

MATERIAL E MÉTODOS

Nessa pesquisa utilizaram-se como pressupostos teórico-metodológicos a pesquisa qualitativa, que segundo Dantas e Cavalcante (2006) “tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objetivo ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.”

A pesquisa foi realizada na instituição EEEF Isabel Maria das Neves, situada na Avenida João Machado – Centro de João Pessoa. O público alvo foram 105 alunos pertencentes às turmas do 6º ao 9º ano, com idade média entre 11 e 15 anos.

A pesquisa dividiu-se em etapas de verificação do conhecimento através de questionário e construção do conhecimento com intervenções.

Inicialmente, aplicou-se um questionário pré-avaliativo, para verificar qual o conhecimento que os alunos possuíam sobre acerca da cultura afrodescendente no Brasil, após as intervenções aplicou-se o pós-teste afim de verificar a aprendizagem internalizada, ambos continham questões objetivas.

As intervenções caracterizam-se por exposições dialógicas e debates mediados pelos palestrantes, as temáticas dividiram-se em:

- A história dos negros e a valorização da cultura negra no Brasil;
- Distribuição dos negros no território brasileiro;

Realizou-se aferição dos resultados através da análise dos questionários comparativos entre os pré-testes e pós-testes. Utilizou-se também o método de observação participante para identificar e descrever algumas atitudes pertinentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos resultados, identificou-se que dos 105 questionários respondidos, apenas 65% por cento dos alunos afirmaram que não tinham conhecimento acerca da cultura africana no Brasil. Entretanto, esse resultado entrou em conflito com a realidade.

Durante as observações verificou-se que, apesar de muitos alunos estarem totalmente inseridos na cultura afro-brasileira, fazendo uso de vestes características, objetos, bijuterias,



adereços, músicas, entre tantas outras coisas, eles não percebiam que todas essas características são advindas de uma mistificação de culturas que não era até então evidenciada. Dessa forma, acreditava-se que os discentes não possuíam entendimento sobre a influência da cultura africana na nossa cultura atual.

Na primeira intervenção discutiu-se sobre as histórias e contos africanos, abordando como tal cultura se mistura com a nossa, desde as características corporais aos adereços, que utilizamos sem ao menos conhecer suas origens. Os africanos contribuíram para a cultura brasileira em uma enormidade de aspectos: dança, música, religião, culinária e idioma. Essa influência se faz notar em grande parte do país; em certos estados como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul a cultura afro-brasileira é particularmente destacada em virtude da migração dos escravos (SILVA; PANTA, 2014). A discussão culminou com um debate sobre a miscigenação brasileira e as diversas riquezas culturais trazidas pelos africanos.

A intervenção seguinte caracterizou-se pelo esclarecimento de questões pertinentes a distribuição dos negros no território brasileiro. Iniciou-se com um debate cujo objetivo foi extrair a bagagem de conhecimento que o aluno já havia adquirido ao longo da vida. A construção dos saberes e as ações interligadas, decorrem inicialmente do conhecimento prévio assim como das habilidades, necessidades, julgamentos e valores dos envolvidos (PAVIANI; FONTANA, 2009).

Nesse momento surgiram várias dúvidas e discussões, entre elas, pode-se destacar:

“Qual o estado brasileiro detém o maior número de pessoas negras?” (Fala do aluno).

Estabeleceu-se a partir de então um diálogo:

- “O local com maior concentração de negros no Brasil é a Bahia”. (Fala do intermediador).

- Por quê?” (Fala do aluno)

- “Decorrente do tráfico de negros existentes em tempos passados. Não é a toa que nesse estado há uma maior aceitação e valorização da cultura negra quando comparado com outros estados brasileiros”. (Fala do intermediador).

Esse diálogo possibilitou inserir um debate sobre a cultura baiana, desde as vestes, cortes e penteados nos cabelos, comidas típicas, entre outros. Muitas dúvidas foram tiradas e muitos esclarecimentos foram dados, e a partir de então, vimos que deu-se início a um novo tratamento para com os afrodescendentes presentes na sala de aula, os quais passaram a ser vistos com outros olhos.



Durante uma conversa informal, um dos alunos questionou que até o presente momento, não houve na escola nenhuma abordagem acerca da história dos negros, a única temática vista até então foi sobre o processo de escravidão.

Segundo a Revista Pontocom (2011), durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o coordenador geral de Educação para as relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação (MEC), Antônio Mario Ferreira, afirmou que “Menos de 5% das escolas brasileiras – públicas e privadas – oferecem, de fato, disciplinas sobre história e cultura afro-brasileira, como determina a Lei 10.639/03”. Esse dado é alarmante, visto que a falta de conhecimento só enriquece e engrandece o preconceito e a exclusão étnico-racial. Entende-se, portanto, que o professor tem um papel importante na mudança dessa realidade no brasileira.

Em março de 2008, ocorreu a publicação da Lei nº 11.645, incluindo o estudo também das questões indígenas. Segundo Brasil (2008), o art. 26^a da LDBEN passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Acredita-se que trabalhar temáticas abordando a cultura afro-brasileira, vai além de cumprir leis estabelecidas pela LDBEN. O professor quando assume tal compromisso, torna-se um intermediador e facilitador do conhecimento, disseminado a cultura afro-brasileira e promovendo a inclusão racial e social não apenas no âmbito escolar, pois, o conhecimento ultrapassa as barreiras físicas da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções configuraram-se mais como ações trazidas para o espaço escolar com o intuito de tornar os alunos conhecedores de sua própria situação social, fazendo dos mesmos capazes de esclarecer, construir e ter orgulho da sua identidade. Através do conhecimento é possível promover a inclusão étnico-racial entre os alunos, podendo assim, transformar o meio em que vivem e estudam. Acredita-se que dessa forma, atitudes preconceituosas tornem-se cada vez menores, promovendo até mesmo um melhor desempenho escolar por parte dos alunos que se sentiam excluídos. Os professores devem alertar-se (seja em que área/disciplina atuem) que tem o dever de barrar práticas discriminatórias no ambiente escolar, trazendo sempre que seja necessário, essas e outras discussões para sala de aula com o objetivo de tornar a escola um ambiente prazeroso, livre de preconceito, sendo um espaço de convivência harmonioso e de paz.

REFERÊNCIAS

BENTO, M. A.; **Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais**. São Paulo: Ática, 1998. v.9.

BRASIL. **Lei nº 11.645**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2008/lei/11645.htm> Acessado em: 10 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

TOURAINÉ, A.; CLASEN, J. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R.P. (Org.). **Raça negra e educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, nov. 1987.

ORÍÁ, R.; **Educação, cidadania e diversidade cultural**. Revista Humanidades, Brasília, DF, n. 24, 1997.

PAVIANI, N.M.S; FONTANA, N.M. Oficinas Pedagógicas: relato de experiência. **Conjuntura**, v. 14, n.2, maio/ago. 2009.

REVISTA PONTOCOM. **Cultura Afro-descendente**. Disponível em: < <http://revistapontocom.org.br/materias/cultura-afro-descendente>> Acessado em: 10 out 2016.